

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003264-71.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade**
 Requerente: **USIMASTER FERRAMENTARIA LTDA**
 Requerido: **Pri & Caio Niquilação e Cromeação Ltda**

USIMASTER FERRAMENTARIA LTDA ajuizou ação contra PRI & CAIO NIQUILAÇÃO E CROMEACÃO LTDA, alegando, em síntese, que foi surpreendida pelo apontamento a protesto de duplicata do valor de R\$ 10.575,00, que corresponderia a parte do preço pela prestação de serviços de aplicação de banho de níquel em peças, valor no entanto indevido, pois uma quantidade de 18.400 peças apresentou vício no serviço e foi necessário refazimento. Aduziu, ainda, que desse montante chegou a pagar indevidamente R\$ 6.000,00, não apontado pela ré, razão pela qual almeja sua condenação a restituir em dobro, sem prejuízo da declaração de nulidade do título.

A ré contestou tais pedidos, afirmando que jamais teve notícia do suposto vício na prestação dos serviços, sem oportunidade de refazimento, sendo apenas informada de que haveria um desconto no valor. Reconheceu o pagamento de R\$ 6.000,00 efetuado pela autora, que não o havia indicado antes.

Manifestou-se a autora.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

O processo foi saneado, deferindo-se a produção de prova testemunhal.

Realizou-se a audiência instrutória e colheu-se a manifestação final da autora, ausente a ré.

Em apenso, o processo cautelar 1002300-78.2014.8.26.0566, entre as mesmas partes, com pedido de sustação do protesto do título, à falta de justa causa, havendo contestação da ré, afirmando a legitimidade da relação jurídica de débito e crédito e subsistência de saldo devedor.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de prestação de serviços.

A ré recebeu 66.000 peças a aplicação de um banho de níquel.

Essa remessa aconteceu em 16 de maio de 2013.

Posteriormente houve o pagamento de R\$ 6.000,00 pela autora, mediante depósito bancário em conta de outrem, Jaqueline Xavier de Gois Souza (fls. 16), pagamento inicialmente não reconhecido pela ré, na etapa anterior à propositura do processo, mas que nos autos, à vista do documento exibido, foi reconhecido. Bem por isso, inexistente má-fé na criação de título de valor total, sem deduzir tal pagamento parcial, algo que resultou de um desencontro contábil apenas, repele-se de pronto a pretensão indenizatória amparada no artigo 940 do Código Civil. Na vigência do Código Civil de 1916, com regra semelhante, a jurisprudência consolidada já anunciava, com amparo em Súmula do Supremo Tribunal Federal, de nº 159, que cobrança excessiva, mas de boa-fé, não dá lugar às sanções do art. 1531 do código civil.

Houve troca de mensagens eletrônicas a respeito do vício no serviço prestado em certa quantidade de peças (fls. 25/27).

A testemunha Ricardo Flávio de Carvalho confirmou em juízo a devolução de quantidade de peças, que apresentaram serviço insatisfatório, falha no tratamento, impossibilitando o aproveitamento, sendo necessário remover o tratamento e fundir novamente as peças.

Nada nos autos confirma a perfeição dos serviços executados, o que ensejaria à ré cobrar o respectivo preço.

A própria contestante reconheceu, em e-mail, a existência um impasse no volume de 18.000 peças com problema (fls. 25). Se não mandou um preposto examiná-las e não se prontificou ao refazimento, não pode agora eleger esse tema como motivo para exigir pagamento integral. Afinal, somente poderia cobrar o preço à vista do serviço executado corretamente.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A autora, de seu lado, admitiu o pagamento de R\$ 6.082,00 (fls. 26) e realmente fez o pagamento de R\$ 6.000,00 (fls. 16).

Portanto, a duplicata apontada a protesto pela ré não é devida pela autora, à falta de prestação adequada dos serviços prometidos.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e anulo a duplicata emitida pela ré, contra a autora, do valor de R\$ 10.575,00, ao mesmo tempo em que determino o cancelamento do protesto e das anotações em órgãos de proteção ao crédito; expeça-se mandado de cancelamento. Mas rejeito o pedido de devolução em dobro da importância de R\$ 6.000,00.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igual proporção.

Acolho o pedido cautelar e confirmo a decisão liminar de sustação do protesto, atribuindo à ré a responsabilidade pelo pagamento das custas e despesas processuais daquela lide, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados por equidade em R\$ 500,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA